

EDUCAÇÃO CONTÁBIL BRASILEIRA: REFLEXÃO SOBRE A QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR DA CONTABILIDADE NO BRASIL

NASCIMENTO, Rildon Nogueira¹
FARIA, Adriano Antonio²

RESUMO

Desde a criação do curso de Ciências Contábeis no ano de 1945, verifica-se um crescimento na criação dos cursos, naturalmente, causado pela necessidade de qualificar o profissional da contabilidade. Devido ao crescimento dos cursos de contabilidade, nas últimas décadas, o presente trabalho tem por objetivo verificar a qualidade dos cursos de contabilidade nas Instituições de Ensino Superior. A pesquisa tem cunho bibliográfico com abordagem quantitativa, pois teve como base a verificação de trabalhos científicos, livros e reportagens já publicados sobre a qualidade do ensino contábil no Brasil, onde foram explorados os dados relativos ao crescimento do número de cursos, oferta de matrículas e a qualidade da formação dos docentes. Para Niyama (2010, p. 15), a contabilidade é uma ciência social aplicada, fortemente influenciada no ambiente em que atua. Sendo a “linguagem dos negócios”, é utilizada pelos agentes econômicos que buscam informações para avaliação dos riscos e oportunidades. Desta afirmação, depreende-se a importância da formação deste profissional, desde a graduação e principalmente, nas qualificações *Stricto Sensu*, logo é de grande valia a reflexão sobre a qualidade do ensino nos cursos de contabilidade nas entidades do ensino superior do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: ensino superior, contabilidade, graduação, mestrado, doutorado

BRAZILIAN ACCOUNT EDUCATION: A REFLECTION ABOUT THE QUALITY OF ACCOUNT UNDERGRADUATE COURSES IN BRAZIL

ABSTRACT

Since the origin of the undergraduate course Accounting in 1945, can observe an increasing creation of new courses, naturally because of the need of qualifying the Account professionals. Due to the amount of Account courses expansion in last decades, the present work aims to verify the quality of Account courses in the undergraduate institutions. The research has a bibliographic character with quantitative approach, for it was based on the verification of published Scientific Works, books and reports which broach the quality of Accounting teaching in Brazil, on which were enlightened the increase in the offer of courses, offer of registrations and the quality of the teachers academic qualification. According to Niyama (2010, p.15), the Accountancy is an applied social science, which is strongly influenced by the environment where it acts. By being the “business language”, it’s used by the economic agents who search informations to value risks and opportunities. On the basis of this affirmation, we deduce how important is the professional qualification to graduation and, mainly, to *Strictu Sensu*. Therefore, it’s quite valuable the reflection about the Accounting teaching quality in Brazilian undergraduate course entities.

KEYWORDS: Undergraduate course, accounting, graduation, master’s degree, doctorate

1. INTRODUÇÃO

Existe uma considerável produção de trabalhos sobre a qualidade do ensino superior da contabilidade nas instituições brasileiras. Haja vista este assunto estar sempre presente nos encontros, seminários, congressos, periódicos e artigos. Muito se tem debatido e refletido, no entanto, os efeitos são sentidos a médio e a longo prazo. Pois as ações para a melhoria do ensino no campo de atuação da contabilidade, tem partido dos grandes mestres, particularmente: Antonio Lopes de Sá, Sergio de Iudícibus, Eliseu Martins, Hilário Franco, José Carlos Marion, Hamilton Fávero, entre outros profissionais, que anonimamente, contribuem para o engrandecimento da contabilidade brasileira; a outra contribuição vem sendo desempenhada pelo Governo Federal, através do Ministério da Educação, que acompanha, orienta e avalia, todas, as entidades de educação do Brasil, sejam elas públicas ou privadas. Diante do que se fez e se faz pela contabilidade, surge a indagação, que norteia este trabalho: o que existe de concreto na melhoria do ensino superior da ciência contábil no Brasil?

O presente trabalho é uma reflexão sobre a importância do ensino da contabilidade no ensino superior. Trata-se de uma leitura crítica sobre os diversos trabalhos (artigos, monografias, dissertações, teses, livros, pesquisas, reportagens) já publicados, relativos à situação da qualidade do ensino contábil no Brasil. Reveste-se de importância por ser a contabilidade a linguagem e instrumento para o desenvolvimento socioeconômico da humanidade e das nações. O mundo globalizado é marcado pela crise ética, que gera uma desconfiança nas instituições. O papel do contador é o fornecimento de informações confiáveis para a tomada das decisões, no campo empresarial, governamental e pessoal.

O objetivo do presente artigo é verificar o avanço da qualidade do ensino superior da ciência contábil no Brasil.

¹ Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Tocantins, pós-graduado em Metodologia do Ensino na Educação Superior pela FACINTER.

² Mestre em Educação e Doutorando em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Formado em Filosofia, Marketing e Pedagogia; com pós-graduação em Metodologia do Ensino na Educação Superior, especialização em EAD. Formação de Docentes e de Orientadores Acadêmicos em EAD e também, MBA em Planejamento e Gestão Estratégica, pela Faculdade FACINTER- Curitiba-PR.

2. BREVE RELATO SOBRE O SURGIMENTO DA CONTABILIDADE

A ciência contábil é muito mais remota do que se possa imaginar. Não há dúvidas que a necessidade de relacionar o que se tinha (alimentos e animais domesticados), levou o homem a fazer uma representação daquilo que seria o seu primeiro inventário, ou seja, a primeira relação de bens.

O registro contábil na forma de inventário citado por Marion (1998) em sua obra *Contabilidade Empresarial*, faz menção à narrativa bíblica de Jó, certamente, pode-se considerar um dos mais antigos registros de bens. A narrativa bíblica conta que Jó tinha sete filhos e três filhas. Possuía também sete mil ovelhas, três mil camelos, quinhentas juntas de bois, quinhentas mulas e grande número de empregados. Jó era o mais rico dos homens do Oriente. (BÍBLIA SAGRADA, Jó 1, 1-3).

Desta citação, observa-se a relação de bens, que representava a riqueza e uma pessoa, assim disposta: 3 mil ovelhas, 3 mil camelos, 500 juntas de bois e 500 mulas. A História de Jó termina com a restituição em dobro de tudo o que possuía, assim narra o livro de Jó 42, 12: “E Javé abençoou Jó, mais ainda do que antes. Ele possuía agora catorze mil ovelhas, seis mil camelos, mil juntas de bois e mil jumentas”.

Conclui-se, no confronto dos bens no início e no final da narrativa, que houve um resultado positivo, isto é, houve um crescimento de 100% do patrimônio do personagem bíblico. Desta forma simples ou utilizando as mais sofisticadas técnicas, que a contabilidade fez-se e faz-se presente no controle das riquezas dos Estados e das pessoas físicas e jurídicas.

Leite (1997), comenta que a origem da contabilidade é muito antiga, há registros da sua utilidade pelos chineses por volta de 2000 anos antes de Cristo, os quais já possuíam sistema orçamentário, registros contábeis e auditoria que eram utilizados na administração pública daquele tempo. Existem registros de sistemas contábeis utilizados por babilônicos, egípcios, sumérios, acádios e semitas, todos estes povos antigos floresceram e tiveram a contabilidade como ferramenta auxiliar no seu desenvolvimento econômico.

Assim depreende-se que a contabilidade está e esteve presente no desenvolvimento humano e dos povos.

2.1 CONCEITO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A definição de Ciências Contábeis:

A Contabilidade, na qualidade de ciência aplicada, com metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja esta pessoa física, entidade de finalidades não lucrativas, empresa, seja mesmo pessoa de Direito Público, tais como Estado, Município, União, Autarquia etc., tem campo de atuação circunscrito às entidades supramencionadas, o que equivale a dizer muito amplo. (IUDÍCIBUS, 1998, p. 21)

O professor Iudícibus (1998) mostra a ampla utilidade da contabilidade deste o usuário pessoa física a mais complexa forma de constituição de pessoa jurídica (o Governo em todos os níveis e o seus órgãos).

Para Marion (2004, p. 26), “A Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa”. Nesta definição a contabilidade é um meio, um utensílio, uma ferramenta que fornece informações úteis ao gestor, ao empresário, ao empregado, ao fornecedor, ao financiador, ao acionista, ao investidor, ao governo, para que estes possam ajustar seus planejamentos, orçamentos e projetos, ou seja, tomar decisões mais próximas da realidade. “O enquadramento da Contabilidade, como ciência, deveu-se ao fato da mesma atender a todos os requisitos necessários para tal qualificação, ou seja, ter objeto próprio, método específico, finalidade determinada, teoremas, teorias, hipóteses, tradição etc”. (SÁ, 2000, p. 27).

O mesmo autor vai mais longe, pois cita os critérios atendidos pela Contabilidade, que a torna uma Ciência. Do honorável mestre é o Neopatrimonialismo (Doutrina Contábil Brasileira), tal doutrina expôs ao mundo a competência do brasileiro na área contábil. Ao lado de Italianos, franceses, alemães, e portugueses, que já haviam apresentado as suas correntes doutrinárias: Contismo, corrente francesa que atribuída “a conta” o objeto científico, por utilizar os números para demonstrar os valores; Personalismo, esta corrente tinha como objeto da contabilidade as relações estabelecidas entre as empresas e as pessoas (os clientes, fornecedores, financiadores e acionistas); Aziendalismo trata-se uma corrente de pensamento italiana, que postulava que a empresa era o objeto de estudo da contabilidade; e o Reditualismo, esta doutrina pregava que o estudo da contabilidade era o lucro, ou seja, o resultado.

2.2 A CIÊNCIA CONTÁBIL NO BRASIL

De acordo com estudos de Ericeira³, *apud* PELEIAS et al (2007, p.21) sobre a evolução da Contabilidade no Estado do Maranhão, entre 1755 e 1900, este classificou em duas fases, o que se chamava de aulas de comércio:

- a) a primeira fase, na 2ª metade do século XVIII, no qual a situação econômica, política e social da então Colônia não permitia o ensino e o estudo das práticas comerciais;
- b) a segunda fase, na 1ª metade do século XIX, no qual houve a instalação da primeira aula de comércio no Maranhão em 1811.

No primeiro momento não havia como considerar como ensino oficial, por haver uma proibição deste. Nota-se que o segundo período coincide com a chegada da Família Real ao Brasil em 1808.

As sementes para o ensino comercial e de Contabilidade no Brasil foram lançadas no século XIX, com a vinda da Família Real Portuguesa, em 1808. Até então, a atividade comercial brasileira resumia-se à venda dos bens produzidos ao mercado internacional (PELEIAS ET AL, 2007, p.22). Os doutrinadores são unânimes, quanto à iniciação do ensino contabilístico no Brasil, pois antes de 1808, todo tipo de produção industrial, serviços comerciais eram voltados à metrópole, ou seja, toda e qualquer produção brasileira deveria ser enviada a Portugal. Esta proibição se deu pelo Alvará de 5 de janeiro de 1785 que mandava extinguir todas as manufaturas têxteis da colônia. [...] Com a transladação da corte para o Rio de Janeiro, sorriam dias melhores para a manufatura têxtil brasileira: o alvará de 1 de abril de 1808 revogou a proibição de 1785. (PRADO JR, 2008, p. 223). Esta proibição inviabilizava qualquer atividade que se instalasse em solo brasileiro.

As aulas de comércio foram criadas através da edição do alvará de 15 de julho de 1809, sendo o marco inicial do ensino comercial no Brasil. Este ato significa a contribuição para o início dos cursos superiores de Economia, Administração e Contabilidade.

Com a instituição do Código Comercial, Lei nº 556, de 25 de junho de 1850, que obrigava a escrituração dos atos praticados pelos comerciantes, ou seja, passou ser obrigatória a escrituração contábil, bem como demonstrar a situação da econômico-financeira da empresa anualmente (ÁVILA, 2006, p.21).

A Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) surgiu em 1902 com a primeira escola prática de comércio. Três anos mais tarde, ou seja, em 1905, surgiram um curso geral e outro superior sobre as práticas do comércio. O curso de contabilidade em nível secundário surgiu em 1906 na FECAP. Somente em 1945 surgiu o curso de Ciências Contábeis, antes, eram formados Guarda-Livros e Perito-Contadores, com curso de duração de três e dois anos, respectivamente.

O curso de Ciências Contábeis foi criado pelo Decreto-lei nº. 7.988, de 22 de setembro de 1945, nos moldes atuais: com duração de quatro anos, concedendo o título de Bacharel em Ciências Contábeis aos seus concluintes.

2.3 O PAPEL DA UNIVERSIDADE E DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Um conceito de escola em seu nível mais abrangente, considerando desde o ensino básico ao superior é:

É um lugar marcado pela prática pedagógica intencional, voltada para aprendizagem definidas em seus objetivos educacionais e planejamentos para serem conseguidas nas melhores condições possíveis. É um lugar e se fazer ciência, que se situa e atua em uma sociedade, contextualizado em determinado tempo e espaço, sofrendo, as interferências da complexa realidade exterior, que se estende da situação político-econômico-social da população às políticas governamentais, passando pelas perspectivas políticas e ideológicas dos grupos que nela atuam. (MASSETO, 2005, p.14).

O ambiente da IES (Instituição de Ensino Superior) é feito para transmitir o conhecimento científico de forma proposital e planejada. Onde os objetivos devem ser atingidos nas melhores condições possíveis. O planejamento e a gestão das escolas são explicitados no: Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, Projeto Pedagógico Institucional – PPI e o Projeto Pedagógico do Curso – PPC.

O espaço acadêmico é, por excelência, feito para se fazer ciência. O inciso III, Art. 43 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - descreve a finalidade da educação superior, entre elas destaca-se o de incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive. A IES não deve estar dissociada

³ ERICEIRA, F.J.. O estado da arte da contabilidade no Estado do Maranhão, vis-à-vis seu desenvolvimento econômico. Dissertação. 2003. (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). ade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

da comunidade em que está inserida. Através da extensão deve levar as novas descobertas à sociedade, de maneira que possa contribuir para o desenvolvimento, da comunidade e da região.

A IES faz parte da sociedade e dela sofre influências, seja de cunho político, econômico ou ideológico. Tais influências tendem a definir a forma de atuação da IES na sociedade. Um bom exemplo destas influências são as ações de políticas governamentais implementadas, com a finalidade de expansão da oferta e a democratização do acesso e da permanência no ensino superior, tais resultados reafirmam a tendência de ampliação do atendimento ao ensino superior nos últimos dez anos (CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2010, p.3)

No cenário atual a educação superior tem seus objetivos balizados pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei das Diretrizes de Base da Educação Brasileira (LDB).

Constituição Federal de 1998:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[...]

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

[...]

VII - garantia de padrão de qualidade.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, [...] por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

[...]

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Nos dispositivos constitucionais verifica-se o esforço legal para tornar a educação mais acessível e democrática. Entre os princípios da educação encontra-se o reconhecimento a existência do ensino público e privado, bem como a garantia da qualidade do ensino por estas categorias. Tanto no inciso VII, do Art. 206, quanto no inciso III, do Art. 214 há citações, que invocam a qualidade. No primeiro momento a garantia do padrão, no segundo, a melhoria da qualidade do ensino, bem como a formação profissional e a promoção humanística, científica e tecnológica.

Masseto (2005) ensina que o ensino superior brasileiro tem característica de formação profissional, em função das necessidades da sociedade. Cada vez mais necessita-se de especialistas em determinadas áreas, tirando a noção do todo. Numa visão pragmática, tal fragmentação se faz necessária devido ao volume das informações de cada área do conhecimento, que por sua vez está ligada à divisão do trabalho na sociedade. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – que no seu artigo 43 explicita a finalidade da educação superior, destaque para os incisos II, VI e VII, que preconizam: o inciso II prevê a diplomação nas diversas áreas do conhecimento, com a finalidade de inclusão no mercado de trabalho, ou seja, atender as necessidades dos setores profissionais, bem como a cooperação pela busca da formação contínua. O inciso VI pronuncia que o ensino superior deve dar estímulo ao conhecimento dos problemas atuais do mundo, do Brasil e aos problemas regionais, onde deve constituir uma relação de reciprocidade entre a comunidade e a IES. E o inciso VII prescreve a promoção da extensão, a qual deve ser aberta a participação da população, para que esta seja usuária da produção e dos resultados das pesquisas e tecnologias produzidas pelas IES.

Estes temas são explorados por pesquisadores e tem-se verificado que, ainda, a formação profissional se sobrepõe a formação humana.

Além dos dispositivos contidos na Carta Magna de 1988, outra Lei trata da diversidade do ensino em público e privado.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB

[...]

Art. 16. O sistema federal de ensino compreende:

I - as instituições de ensino mantidas pela União;

II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III - os órgãos federais de educação.

Art. 17. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem:

I - as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal;

II - as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal;

[...]

Observa-se que o ensino privado pertence ao sistema de ensino federal. As Instituições de Ensino Superior dos Municípios são participantes do sistema de ensino do Estado, ao qual pertencem.

3. ANÁLISE DOS DADOS

O presente trabalho é uma reflexão sobre a importância do ensino da contabilidade no ensino superior. Trata-se de uma leitura crítica sobre os diversos trabalhos (artigos, monografias, dissertações, teses, livros e reportagens) já publicados, relativos à situação da qualidade do ensino contábil no Brasil. A busca pelas fontes de pesquisa foi concentrada nos sítios eletrônicos das instituições de ensino que possuem revistas especializadas na área de contabilidade, economia e administração, bem como no sítio eletrônico do Ministério da Educação.

3.1 PERFIL DO CONTADOR BRASILEIRO

Pesquisa realizada pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade – no período de 1º de dezembro de 2008 a 30 de março de 2009 resultou no perfil do contador. Foram pesquisados 10.271 de contadores, esta foi a amostra estudada pelo CFC. Que representa um universo de 203.044 contadores registrados nos Conselhos Regionais de Contabilidade - CRC - de cada Estado brasileiro. Os dados apresentados na Tabela 1 expressam a timidez do número de mestres e doutores contadores. De acordo com a pesquisa o Estado da Federação que mais tem doutores contadores é a Paraíba 2,6%; e contadores Mestres o Espírito Santo: 7,3%.

Tabela 1 - Grau de instrução dos contadores

Grau de Instrução	Amostra	%
Pós-graduação	3.400	33,1
Mestrado	308	3,0
Doutorado	51	0,5
Superior completo	6.265	61,0
Superior completo em outro curso	236	2,3
Recusou responder	10	0,1
Total da amostra	10.271	100%

Fonte: Pesquisa perfil do contabilista brasileiro 2009 - CFC.

Na Tabela 2 o que chama a atenção é o número de contador exercendo a atividade de professor: 0,8%. É um número ainda tímido, haja vista as necessidades da educação contábil. Considera-se o universo de 203.044 contadores, isto significa uma quantidade de 1.624 do universo. Abaixo segue os dados da amostra.

Tabela 2 – Situação profissional em relação à contabilidade

Situação Profissional	Amostra	%
Proprietário ou sócio de escritório de contabilidade	3.800	37,0%
Funcionário de empresa privada	2.578	25,1%
Autônomo	1.869	18,2%
Funcionário de Escritório de Contabilidade	82	0,8%
Funcionário do Setor Público	1.048	10,2%
Auditor	72	0,7%
Professor	82	0,8%
Perito	41	0,4%
Não exerce a profissão	452	4,4%
Outros	216	2,1%
Recusou responder	31	0,3%
Total da amostra	10.271	100%

Fonte: Pesquisa perfil do contabilista brasileiro 2009 - CFC.

3.2 EXPANSÃO DAS IES E DA OFERTA DE MATRÍCULAS NA GRADUAÇÃO

Os dados relativos ao crescimento das IES e aumento de matrículas foram obtidos do Censo da Educação Superior de 2010, que revelou existência 2.377 IES no Brasil, das quais: 2.099 são privadas; 99, federais; 108, Estaduais e 71, municipais. Em termos relativos significa um número expressivo de instituições privadas, que representam 88,3% das IES no Brasil, as quais são sujeitas às normas do governo Federal. As IES públicas totalizam 11,7%.

O número de matrículas nos IES tem crescido, isto representa a ação da política educacional dos governos em todos os níveis, cujo objetivo é democratizar o acesso à educação superior. Em 2001 foram registrados 3.036.113 matrículas, em 2010 foram 6.379.299 matrículas. Significa um crescimento de aproximadamente 110% de ofertas de matrículas no período considerado, ou seja, dobrou-se o número de matrículas em dez anos. Tanto no ensino presencial, quanto no ensino à distância. O setor privado permanece como o maior ofertante de matrícula a nível superior.

A Tabela 3 apresenta dados relativos ao crescimento da oferta de cursos de graduação em Ciências Contábeis considerando o período de 1973 a 2009. Entre 1973 a 1986 há um crescimento mínimo, surgiram 63 novos cursos em treze anos. No decênio seguinte, praticamente, tem-se o dobro de novos cursos e do ano de 2002 a 2009 há um expressivo e constante crescimento da oferta de cursos de contabilidade a nível superior habilitados, ou seja, autorizados a funcionar de acordo com os critérios requeridos pelo Ministério da Educação.

Tabela 3 – Cursos de Graduação em Ciências Contábeis no Brasil no período de 1973 a 2009.

Período	1973	1976	1986	1996	2002	2006	2009
Cursos habilitados	131	166	194	384	641	910	1.150

Fonte: Adaptado de Andere (2008, p.93) e Niyama (2010, p.4)

De acordo com os dados do censo da educação de 2003 o curso de ciências contábeis era o 7º no *ranking*, o qual era liderado pelo Curso de Administração (1º) e Direito (2º). Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais de 2009 - (INEP/2009) - mostra que o Curso de Ciências Contábeis é o 6º no ranking com o maior número de matrícula: 235,2 mil. Administração ainda é o primeiro com mais de 1,1 milhão de matrículas. A Tabela 4 revela o crescimento do número de discentes matriculados nos cursos de graduação de Ciências Contábeis, no período de 1991 a 2009. Este crescimento se dá devido às ações da política educacional do Governo Federal em fomentar o acesso ao ensino superior, através da oferta das bolsas e financiamentos (Programa Universidade para Todos - PROUNI e o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES).

Tabela 4 – Número de matrículas na Graduação de Ciências Contábeis no período de 1991 a 2009

Período	1991	1995	2000	2003	2008	2009
Nr de matrículas	97.223	107.138	130.513	147.000	204.657	235.200

Fontes: SILVA (2002, p.92) e NIYAMA (2010, p.4)

3.3 EVOLUÇÃO DA DOCÊNCIA EM CONTABILIDADE NO BRASIL

Mesmo com o aumento da oferta dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em contabilidade (mestrado e doutorado), ainda são poucos. Uma vez que não houve crescimento de tais ofertas na mesma proporção do crescimento de matrículas na graduação de Ciências Contábeis, bem como no crescimento das IES nos últimos anos. A consequência desta deficiência reflete a baixa qualidade do ensino. Bem como a dificuldade de orientadores nos cursos de pós-graduação. Sobre esta lacuna, Nossa⁴ (*apud* ANDERE, 2008, p. 98) em seu estudo verificou que “pequeno número de cursos *Stricto Sensu* em Contabilidade, a falta de cultura geral e humanística e a falta de tempo para a pesquisa leva a maioria dos professores a aceitar coisas como verdades absolutas, sem discuti-las.” Também existem outras falhas: a falta de conhecimentos gerais e pouca pesquisa por parte dos docentes, a falta de treinamento oferecido aos professores, número crescente dos cursos, baixos salários para a carreira de professor universitário, entre outras. Estes são alguns dos problemas que geram um baixo rendimento dos acadêmicos, ou seja, são motivos que comprometem a excelência na qualidade do ensino superior em contabilidade.

Em reportagem à Revista Brasileira de Contabilidade (2001, p.19) sobre a inclusão do curso de Ciências Contábeis no Exame Nacional de Cursos (provão), assim declarou o Prof. Dr. Antônio Lopes de Sá “[...] Entendo que o MEC deve muito à Classe Contábil e a prova disso é o pequeno número de doutores que possuímos em relação a outras categorias.[...]”. Estas palavras referiam-se as falhas no ensino superior de contabilidade pela carência de pesquisadores de alto nível nesta área. Logo, temerária foi a aceitação do “provão”, por ser uma forma de medir a qualidade do ensino dos acadêmicos de ciências contábeis. Pois se existisse a garantia de qualidade do ensino, não haveria a necessidade de se fazer tal avaliação para verificar se o conteúdo de determinado curso foi absorvido, entendido e apreendido pelos graduandos.

⁴ NOSSA, V. Formação do corpo docente dos cursos de graduação em contabilidade no Brasil: uma análise crítica. Caderno de Estudos da Fipecafi, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 74-92, maio/ago. 1999b.

Conforme Niyama (2010) a Universidade de São Paulo (USP) foi a primeira instituição a oferecer curso regular de mestrado e doutorado em contabilidade no Brasil. Até o ano de 2009, a USP havia titulado 191 doutores em contabilidade, quanto ao número de mestres não se tem um número exato, porém estima-se 2.000 mil mestres em contabilidade.

CUNHA (2008) nos certifica, que no segundo semestre de 1970 foram iniciadas as ações necessárias à realização do primeiro mestrado em na área de Ciências Contábeis no Brasil pela USP (Universidade de São Paulo). Em 1975, Wlademiro Standerski titulou-se pela USP, sendo o primeiro mestre em Ciências Contábeis no Brasil. Nos anos seguintes houve a diplomação de nove mestres pelo programa da USP, que demonstrava a consolidação do programa de pós-graduação. Este fato foi fundamental ao processo de implantação do doutorado em contabilidade, o que aconteceu em 1977. Mas, a primeira turma de doutores pelo programa de pós-graduação em Ciências Contábeis da USP titulou-se em 1985: Antonio de Loureiro Gil, Wlademiro Standerski e Natan Szuster.

O esforço da USP na busca da qualidade de ensino e pesquisa vale ser destacado, haja vista os convênios com diversas IES das Regiões Nordeste e Centro-Oeste do Brasil com o objetivo de ampliar, com qualidade, o número de mestres e doutores em contabilidade. CUNHA (2008) mostra o rigor do processo de seleção dos candidatos, que além da análise curricular e entrevistas era exigida a aprovação no teste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Anpad). Nos programas que obtiveram apoio do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) junto com USP, além de aprovação nos exames de qualificação, também foi requerida a proficiência em língua estrangeira (inglês); no final do curso a realização de um estágio no Departamento de Contabilidade e Atuária/USP, com duração mínima de 45 (quarenta e cinco) dias, o qual fazia parte da finalização da dissertação, bem como a apresentação desta.

Conforme o Tabela 5 (dados consultados até 28 de janeiro de 2012) atualmente, no Brasil, existem 20 programas de pós-graduação *Stricto Sensu* em Contabilidade, nas seguintes áreas de concentração: mensuração contábil, contabilidade e controladoria, controle de gestão, finanças, gestão das organizações e informação contábil. Dos quais 4 (quatro) de doutoramento e 16 (dezesesseis) de mestrados. Sendo que, dois doutoramentos e três mestrados sob convênios das IES com o sistema CFC/CRC. O mais recente é o mestrado da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, o qual foi homologado em 2010. Os demais cursos(doutorado e mestrado) estão aguardando a renovação da homologação.

Tabela 5 – Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Contábeis sob recomendações da CAPES e convênio com CFC-CRC

Ordem	UF	DOUTORADOS – Área de concentração
1	DF	Programa Multi-Institucional e Inter-Regional IES: Universidade de Brasília Curso de Contabilidade da: Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte Área de concentração: Mensuração Contábil (convênio com o CFC e CRCDF)
2	SP	Universidade de São Paulo – USP – São Paulo/SP Área de concentração: Controladoria e Contabilidade
3	SC	Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB - Blumenau/SC Área de Concentração: Controladoria – gestão das organizações (convênio com o CFC e CRCSC)
4	ES	Fund. Inst. Capixaba de Pesq. em Cont. Econ. e Finanças – FUCAPE - Vitória/ ES Não informado a área de concentração

Ordem	UF	MESTRADOS - Área de Concentração
1	DF	Programa Multi-Institucional e Inter-Regional: IES: Universidade de Brasília Curso de Contabilidade da: Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte Área de concentração: Mensuração Contábil
2	RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ Rio de Janeiro – RJ Área de concentração: Contabilidade e Controladoria
3	RS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS São Leopoldo – RS Área: contabilidade e controladoria
4	SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP São Paulo – SP Área de concentração: Ciências Contábeis e Financeira
5	PE	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE Recife – PE Área de concentração: Informação contábil

6	SP	Universidade de São Paulo – USP – Capital – SP São Paulo – SP Área de concentração: Controladoria e Contabilidade
7	SP	Centro Universitário Álvares Penteado – FECAP São Paulo – SP Área de concentração: Controladoria e Contabilidade (convênio com o CFC e CRCSP)
8	ES	Fund. Inst. Capixaba de Pesq. em Cont. Econ. e Finanças – FUCEPE - Vitória/ES Controladoria e finanças - homologadas em 18 de agosto de 2010 – área de concentração de 2010 – área de concentração não constava. (convênio com CFC e CRCES)
9	SC	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC Florianópolis – SC Área de concentração: Controladoria
10	PR	Universidade Federal do Paraná – UFPR Curitiba – PR Área de concentração: Contabilidade e Finanças
11	SC	Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB - Blumenau – SC Área de concentração: Controladoria
12	SP	Universidade de São Paulo – USP – Ribeirão Preto – SP Área de concentração: Controladoria e Contabilidade
13	RJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro Rio de Janeiro – RJ Área de concentração: Controle de Gestão (convênio com o CFC e CRCRJ)
14	MG	Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte – MG Área de concentração: Controladoria
15	BA	Universidade Federal da Bahia Salvador – BA Área de concentração: Controladoria
16	ES	Universidade Federal do Espírito Santo – ES Área de concentração: Contabilidade e Controladoria

Fontes: Adaptado de Peleias (2007, p. 30), Giroto (2011, p. 15) – RBC e do site eletrônico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes (jan. 2012).

Andere (2008) ensina que a qualidade do ensino passar pela qualidade dos seus docentes, os quais devem deter o domínio da arte de ensinar, ou seja, domínio da didática. Para ser professor de contabilidade não basta ter domínio sobre as técnicas e as práticas, mas principalmente como transmitir este conhecimento aos discentes.

Para Giroto (2011) o CFC se mantém ciente do nível de formação que vem sendo fornecido pelas IES Brasileiras aos futuros profissionais. Isto significa que o CFC sabe das necessidades das IES, inclusive do número baixo de ofertas de vagas aos programas de pós-graduação em contabilidade, e que a falta de docentes qualificados na pesquisa científica, causa deficiência na aprendizagem nos cursos de graduação em ciências contábeis. O CFC tem participado financeiramente dos projetos que tem por objetivo a intensificação da realização de cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* em Contabilidade, conforme a Tabela 5.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve sua origem na seguinte indagação: O que existe de concreto na melhoria do ensino superior da ciência contábil no Brasil?

A resposta é que existe uma melhoria concreta no ensino superior da contabilidade no Brasil. Pois esta pesquisa mostrou o perfil da profissão de contador e o crescimento das ofertas de matrículas nos cursos de ciências contábeis (nos níveis da graduação e da pós-graduação). Apesar da qualidade do ensino não estar no nível da excelência, há uma preocupação constante, tanto na preparação dos graduandos, quanto dos profissionais, e dos docentes. Os números de mestres e doutores em contabilidade, ainda, são incipientes. Porém, não significa que não exista qualidade no ensino da contabilidade brasileira, há sim deficiências, pela falta de docentes qualificados e existem ilhas de qualidade: UNB, USP, FUCEPE, UNISINOS, FURB, por serem centros de formação de docentes voltados a pesquisa de alto nível.

O CFC tem feito esforço para a educação continuada da classe contábil, um bom exemplo são os diversos cursos oferecidos pelo sistema CFC/CRC, que se pode verificar nos sites destas entidades, onde existe a oferta de cursos tanto para os profissionais, quanto para docentes. Ainda, são consideradas as ações do CFC na busca da qualidade do ensino: a inclusão do curso de ciências contábeis na prova do ENADE, a criação do Exame de Suficiência para a classe contábil e participação financeira nos projetos de intensificação da realização de cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* em Contabilidade. Estes convênios são firmados com as IES, sob a recomendação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A USP (Universidade de São Paulo) é a instituição que mais tem se dedicado ao aperfeiçoamento dos profissionais e docentes na área de Ciências Contábeis. Reconhecer que a contabilidade brasileira deve muito a esta instituição não se trata de nenhum exagero. Basta observar o número de mestres e doutores em contabilidade formados desde até o ano de 2009.

A título de recomendações, sugere-se uma pesquisa que verifique o perfil dos acadêmicos de Ciências Contábeis, pois os estudos recentes estão concentrados na formação dos docentes.

REFERÊNCIAS

ANDERE, M. A. **Aspectos da formação do professor de ensino superior de ciências contábeis: uma análise dos programas de pós-graduação.** Revista Cont Fin, USP, São Paulo, p. 91-102. setembro/dezembro 2008. Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br>>. Acesso em: 28 dez. 2010.

ÁVILA, C.A de. **Gestão Contábil para contadores e não contadores.** Curitiba: Ibplex, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição.htm>. Acesso em: 20 jan. 2011.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior. **Censo da Educação Superior 2010.** Brasília: MEC/Inep/Deas, 2011. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

BÍBLIA SAGRADA. Traduzida em Português por João Almeida Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada no Brasil. 2ª ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Perfil do Contabilista Brasileiro 2009.** Brasília: CFC, 2010. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 22 jan. 2011.

CUNHA, J.V.A da; CORNACHIONE JUNIOR, E.B; MARTINS, G.A. **Pós-Graduação: o curso de doutorado em ciências contábeis da FEA/USP.** R. Cont. Fin.USP: São Paulo, p.6-26, setembro/dezembro. 2008. Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br>>. Acesso em: 28 dez. 2010.

GIROTTO, M. **Exame de Suficiência apresenta radiografia do ensino de Contabilidade no Brasil.** Revista Brasileira de Contabilidade – Brasília: CFC. Edição nº 189, p. 07 a15. maio – junho – 2011.

IUDÍCIBUS, S. de. **Contabilidade introdutória.** 9ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LEITE, H.P. **Contabilidade para administradores.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MARION, J.C. **Contabilidade empresarial.** 8ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Contabilidade básica.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MASSETO, M.T. **Docência na universidade.** 7ª ed. Campinas: Papirus, 2005.

NIYAMA, J.K; *et al.* **Conhecimento de contabilidade internacional nos cursos de graduação em ciências contábeis: estudo da oferta nas instituições de ensino superior das capitais brasileiras.** RCO – Revista de Contabilidade e Organizações – FEARP/USP, p. 100-117 jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

NIYAMA, J.K. **Contabilidade Internacional.** 2ª ed. São Paulo: Atlas. 2010.

PELEIAS, I.R; *et al.* **Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica.** Revista Cont Fin, USP, São Paulo, p. 19-32. Junho. 2007. Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br>>. Acesso em: 28 dez. 2010.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

Revista Brasileira de Contabilidade (RBC). **Provão fortalece a qualidade do ensino de Contabilidade.** Brasília, p. 17. Nr 131. Setembro/outubro.2001.

SÁ, A.L de, **Historia Geral e das doutrinas de contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1997.

_____. **Fundamentos da contabilidade geral** – Belo Horizonte: UNA Editora, 2000.

SILVA, L.B. **O perfil do corpo docente dos cursos de ciências contábeis das universidades federais brasileiras e as perspectivas para adoção da educação à distância.** Dissertação. 2002. (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.